



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

O Brasil no Mundo dos Anos 90

A Escola Superior de Guerra tem dado contribuição valiosa para a aproximação entre civis e militares no exame dos principais aspectos da vida nacional e de nossa posição no contexto internacional. É, portanto, com particular satisfação, que faço esta visita e aproveito a oportunidade para apresentar algumas idéias sobre o Brasil no mundo dos anos 90.

Estamos iniciando uma caminhada que levará o Brasil à condição de país desenvolvido. Governar é liderar os processos de mudança que permitirão que atinjamos os objetivos de desenvolvimento compartilhados por toda a nação.

Para tanto, é necessário que combinemos, de forma objetiva, na linha do melhor interesse nacional, as ações internas e externas. Assim, chamaria atenção para o fato de que, hoje, as relações internacionais tornam-se cada vez mais relevantes para a realização do projeto brasileiro. Não que antes fôssemos alheios ou imunes ao que se passava em volta de nós. Há que reconhecer, no entanto, que de uma fase em que a idéia de desenvolvimento surgia associada à noção de auto-suficiência crescente, entramos numa era em que o progresso está condicionado, em boa medida, à possibilidade de participar, com benefício, dos desdobramentos centrais da história dos homens.

«Saber negociar com sentido
de futuro é fundamental.»

É essencial, nesse contexto, que o Brasil não só mantenha, mas aumente a sua importância aos olhos do mundo. Digo isto, sem qualquer sentido de vaidade patriótica, e sim porque essa importância tem repercussões muito nítidas na vida diária de cada brasileiro. Reflete-se, por exemplo, no volume de investimentos externos, que é um dos promotores do desenvolvimento econômico.

O Brasil tem hoje uma estratégia clara de inserção e atuação no meio internacional. O País ampliará seu peso específico nos processos decisórios mundiais. Esse é um objetivo prioritário de meu trabalho no Governo.

O contexto internacional vem sofrendo mudanças radicais nos últimos anos, especialmente nos últimos meses. A medida do poder das nações — poder entendido como capacidade de influência — passa a ser determinada cada vez menos pela capacidade de destruir, e cada vez mais pela capacidade de produzir. Em certo sentido, esse era o mundo que o Brasil queria. Sempre criticamos o ordenamento global do pós-guerra, um sistema baseado nas equações estratégicas da confrontação nuclear. Queríamos uma comunidade internacional menos conformada com aquela realidade. Nunca acreditamos que ela fosse imutável e os fatos demonstraram que tínhamos razão. As estruturas da «guerra fria» estavam caducas e só se sustentavam graças à inércia e à ilusão teimosa de lideranças que pretendiam paralisar a história.

A democracia generaliza-se hoje como modelo de convivência política. As sociedades assumem a condução dos seus destinos. Nem por isso a história deixou de reservar um papel fundamental para os líderes, para os homens públicos que, sabendo compreender os novos tempos e interpretar democraticamente a vontade majoritária dos homens, vêm atuando de maneira decisiva na orientação e aceleração da mudança.

O meio internacional não se tornou mais importante apenas para o nosso País; tornou-se mais importante para todos os países. De fato, uma das características principais do momento é a de que se amplia, ao infinito, a temática internacional. Quaisquer decisões nacionais exigem que sejam pensadas em seu contexto internacional próprio. Isto pede, de nós, um extraordinário cuidado para definir, em cada caso, os melhores rumos de realização dos interesses nacionais e obriga a um processo permanente de fortalecimento de nossa capacidade negociadora. Saber negociar, com sentido de futuro, é fundamental.

Uma segunda característica é a de que as nações fortes já não são aquelas habilitadas militar ou economicamente, a impor sozinhas os seus desejos. Antes, negociação era sinônimo de demora e a urgência servia de desculpa para as ações de força. Em nossos dias, basta ler as notícias: o entendimento tornou-se sinônimo de velocidade. Questões pendentes há várias décadas, muitas consideradas insolúveis, vêm sendo resolvidas com algumas semanas, ou mesmo com alguns dias de diálogo entre lideranças renovadas.

«Não se trata somente de conseguir
uma vaga no chamado
Primeiro Mundo.»

É quase uma ironia da história: a ordem bipolar, vista como o dado central e imutável das relações internacionais, dissolve-se rapidamente; já questões como a da dívida externa e de certos conflitos regionais, que eram tidas como as «variáveis» do sistema, transformam-se em fatores permanentes. Aparentemente só se solucionam os problemas que são prioritários para os principais atores do cenário global. Os outros problemas, aqueles que afetam mais de perto os países que não têm acesso ao núcleo do processo decisório, continuam ainda pendentes. Quem os resolverá?

Eis o motivo pelo qual tenho defendido que o Brasil deve, o quanto antes, participar, de forma inovadora, desses entendimentos. Não se trata somente de conseguir uma vaga no chamado Primeiro Mundo — conceito que, aliás, perdeu muito de sua força com a diluição do Segundo Mundo e com a diversificação do Terceiro. Trata-se, isto sim, de sustentar que não podemos ficar de fora de discussões que nos dizem respeito, direta ou indiretamente. Nelas, devemos buscar ser ator relevante.

Temos de participar até mesmo para que as questões de nosso interesse façam parte da agenda e sejam tratadas de maneira equilibrada. No tema do meio ambiente, por exemplo, com as vigorosas ações de governo que empreendi, o Brasil foi capaz de mudar o sentido da agenda, retirando-lhe o tom negativo e incriminatório e dando a ela uma essência mais racional e construtiva.

O impulso democrático que transforma a ordem política interna de numerosos países precisa estender-se também às relações internacionais. Deve ser assegurado, a todos os povos, o direito de tomar parte das deliberações sobre os destinos da comunidade global. Reconhecemos que o desenvolvimento é uma importante porta de entrada para esses entendimentos. Não vamos, é óbvio, de um momento para o outro, alcançar os níveis de prosperidade e bem-estar dos países desenvolvidos, mas na busca desse objetivo legítimo, podemos desde já, começar a aumentar a importância do Brasil aos olhos do mundo.

Nossas relações internacionais e nossa inserção na economia mundial devem fazer-se sem temores preconcebidos, sem complexos de inferioridade.

O meu governo defende o aprofundamento e a intensificação dos vínculos entre o Brasil e a economia internacional como um todo.

Nos anos 60 e 70, especialmente depois da primeira crise do petróleo, a economia mundial tinha a oferecer ao Brasil recursos financeiros abundantes, baratos, e acessíveis a países em desenvolvimento. Optamos por aproveitar aquela circunstância. Deve-se reconhecer que a estratégia do endividamento então adotada trouxe um impulso significativo ao progresso nacional.

«Estamos diante de uma realidade
em acelerada transformação.
O Brasil não pode estar à margem
do processo histórico.»

Materialmente, o Brasil cresceu. Foi, no entanto, um progresso desequilibrado, com prioridades de investimentos impostas à sociedade brasileira, com distorções que acabaram por agravar o perfil injusto da distribuição de renda em nosso País.

Hoje os tempos são outros. Estancaram-se os fluxos financeiros do Norte para o Sul e muitos deles assumiram a direção inversa: o Sul «exporta» capitais para o Norte.

E o que tem agora o ambiente internacional a nos oferecer? Tem a prevalência do princípio da liberdade individual e dos demais direitos da pessoa humana; a democracia, como fator de legitimidade; perspectivas mais sólidas de paz e um ambiente de convívio entre as nações que abre possibilidades de cooperação antes bloqueadas pela primazia das rixas ideológicas; novas configurações de associação entre países da mesma região, que prenunciam importantes mudanças no dia-a-dia global. Tem também a oferecer grandes avanços científicos e tecnológicos e um comércio internacional cada vez maior, mais dinâmico e competitivo.

O desafio que se apresenta diante de nós é o de transformar essas características do momento atual em fatores que contribuam para o desenvolvimento do Brasil, inclusive porque algumas dessas manifestações não passam, por enquanto, de tendências. É o que se verifica quando encontramos contradições como a que existe entre a força crescente do discurso liberal de cunho social e a persistência de práticas comerciais restritivas. É o que se verifica quando contrastamos a rapidez dos movimentos de aproximação entre as superpotências e a persistência de crises regionais que podem reverter as tendências positivas a que assistimos.

Não são, portanto, configurações acabadas. De qualquer forma, não se transformarão em dádivas e, para participar das tendências positivas e ajudar na sua construção, há um longo trabalho pela frente. Estamos diante de uma realidade em acelerada transformação. O Brasil não pode estar à margem do processo histórico.

Esse é o objetivo de voltarmos a política externa para construção de uma estrutura de paz na qual os benefícios do momento extraordinário que vivemos sejam permanentemente consolidados e, de outro lado, sejam ampliados para que alcancem efetivamente todos os aspectos críticos no sistema internacional. As nossas credenciais, de impecável tradição de ação externa, não agressiva, não hegemônica, habilitam-nos especialmente para essa tarefa.

Esse é o propósito, por exemplo, que nos anima na busca de uma integração cada vez mais profunda com os países da América Latina, em particular com os vizinhos da América do Sul. A história aponta na direção dos grandes espaços político-econômicos, lastreados nas afinidades de todo tipo e na proximidade geográfica. Caminhamos para uma ordem em que esses grandes espaços poderão ser a base a uma integração muito maior da comunidade internacional.

«É com o título de nação moderna
e competitiva que passaremos
a ter uma presença cada vez
mais atuante nas grandes decisões
internacionais.»

Esse é o sentido, também, da nova política industrial que o meu governo acaba de anunciar. Vamo-nos valer de uma maior exposição à concorrência internacional como meio de acelerar a modernização de uma economia em que a ineficácia era acobertada pelos cartórios protecionistas, e na qual o consumidor brasileiro era obrigado a arcar com o custo dessa atitude e da prá-

tica de margens de lucro abusivas, inteiramente dissociadas dos parâmetros vigentes no mercado externo.

Os consumidores de nosso País já começam a sentir os efeitos benéficos dessa política de maior abertura de nossas fronteiras econômicas. Os produtos importados deixam de ser um luxo para os ricos e transformam-se em motivo para a redução do preço de produtos que vão à mesa do trabalhador. Mas as consequências dessa política ultrapassam o impacto imediato no dia-a-dia do cidadão. A médio e longo prazos, a concorrência internacional vai permitir a construção de uma economia mais forte e mais bem preparada para atender às necessidades do povo brasileiro.

Teremos também, por essa via, um parque produtivo habilitado a uma participação cada vez mais vantajosa no comércio mundial. Um país só se torna competitivo se tiver ânimo para competir. E é com o título de nação moderna e competitiva que passaremos a ter uma presença cada vez mais atuante nas grandes decisões internacionais. Assim, ajudaremos a criar um ordenamento global mais favorável aos países em desenvolvimento.

Aliás, uma prova das intenções brasileiras está em que a abertura do setor têxtil coloca o Brasil na vanguarda de liberalização em uma área ainda dominada por um protecionismo que prejudica sobretudo os países em desenvolvimento.

País competitivo, quer dizer empresas competitivas. Em nossos dias, a concorrência internacional já não se faz entre estados. A eles cabe, no plano político-diplomático, a negociação de regras gerais que possibilitem uma concorrência mais justa e saudável.

Quando digo que não há qualquer tipo de ingenuidade na defesa que faço de uma maior integração do Brasil à economia mundial, é porque tenho plena consciência de que poucas etapas da história apresentaram-se tão complexas para as nações que buscam sair da pobreza em direção ao bem-estar. Por duas razões. Em primeiro lugar, porque riqueza hoje significa produzir com base em permanente renovação científica e tecnológica e é justamente no campo de ciência e tecnologia que os países em desenvolvimento ficaram em situação de intolerável atraso. Em segundo lugar, porque em poucos momentos teve a questão do

desenvolvimento prioridade tão secundária na agenda internacional. Mesmo no domínio da ética, temas como os dos direitos políticos, do meio ambiente e das drogas, sobre cuja importância não cabe a menor dúvida, e que devem merecer atenção específica, tendem hoje a relegar ao esquecimento o drama da miséria, da fome e da marginalidade.

O mundo aí fora não é para nós uma realidade cor-de-rosa, mas é a realidade em que temos de definir nossos objetivos e de formular a nossa estratégia de ação, inclusive para conquistarmos o poder de alterar o meio em que estamos inseridos.

Não culpamos o mundo por nosso subdesenvolvimento. Ele é fruto de um processo histórico em que os atores principais fomos nós mesmos. Mas há que reconhecer, objetivamente, que a maneira como viemos ao mundo enquanto nações, e o mundo que encontramos ao nascer, impuseram-nos limitações e constrangimentos bem caracterizados.

Não vamos esperar que o mundo mude para depois mudarmos. Vamos mudar já, tanto dentro do País, como em nossas relações internacionais.

O tratamento que o meu governo tem dado à questão da dívida externa é a prova mais clara de que não estamos dispostos a trilhar caminhos que não traçamos. Os críticos poderão dizer que o meu governo até hoje não tratou da questão da dívida externa. Em certo sentido eles estão certos — os contatos mantidos tiveram caráter exploratório, preliminar. Pela primeira vez, concretamente, o Brasil cuidou de implementar uma receita própria de saneamento econômico antes de sentar-se à mesa com os credores externos e com os organismos financeiros internacionais. Não há em nossa atitude qualquer inclinação para a confrontação. Estamos inteiramente abertos ao diálogo e à negociação de fórmulas mutuamente aceitáveis. Fazemos questão, porém, de agir segundo as nossas prioridades, os nossos critérios, sustentados por um governo que é expressão legítima da vontade popular.

Muitos, antes do início do meu governo, afirmaram que o crescimento econômico tinha precedência sobre o pagamento da dívida externa. Agora, em meu governo, tem mesmo!

«Não se constrói uma economia forte
sobre uma sociedade fraca,
mas tampouco se pode erguer
uma sociedade próspera
sobre uma economia débil.»

Tenho um projeto de profunda e abrangente modernização do País. As medidas que adotamos até hoje, as diretrizes que temos seguido, são parte integrante desse projeto.

Em economia não há milagres. Para alcançar a prosperidade, é preciso uma sociedade forte. E a principal fraqueza do Brasil reside justamente na pobreza de nosso povo, na falta de comida, na falta de uma adequada estrutura educacional, na falta da moradia, na falta de transporte e na crescente falta de segurança.

Não se constrói uma economia forte sobre uma sociedade fraca, mas tampouco se pode erguer uma sociedade próspera sobre uma economia débil.

O modelo de desenvolvimento que vamos seguir já está definido, em suas grandes linhas, na constituição e em nossa opção histórica pela economia de livre mercado. Falta agora realizar esse modelo de acordo com a vontade democrática da Nação. Sabemos, desde já, que não desejamos copiar os exemplos do consumismo, do desperdício e da destruição do meio ambiente. O conforto e a felicidade não podem ter por base apenas os bens materiais. As comunidades mais avançadas caracterizam-se hoje pelo elevado nível de formação e informação das pessoas, pelo acesso aos bens culturais, pelo clima de respeito e segurança em que vivem, pela possibilidade que os indivíduos têm de servir à coletividade realizando as suas vocações.

Para um país que enfrenta problemas da dimensão dos nossos, esses objetivos pareceriam uma longínqua miragem. Mas não podem ser. O progresso não se alcança da noite para o dia. É fruto de um trabalho árduo e determinado. As mudanças que queremos irão concretizar-se a médio e longo prazos. A decisão

de fazê-las, no entanto, já aconteceu quando o povo brasileiro reconquistou a liberdade de escolher os seus governantes.

O grande desafio do desenvolvimento é a necessidade de agir em todas as frentes ao mesmo tempo, com recursos sempre escassos. Torna-se indispensável, por conseguinte, utilizar os poucos meios disponíveis da melhor maneira possível.

É isto o que meu governo procura fazer ao comandar a reorientação das funções do Estado, dando absoluta prioridade ao bem-estar de nossa gente. Com uma participação menor em certas atividades econômicas, o Estado poupa esforços que serão empregados em outras áreas, sobretudo a social, e lança um estímulo para que a iniciativa privada assuma as responsabilidades que lhe cabem no desenvolvimento nacional.

Ao Estado, fica reservada, além de suas funções de liderar e de ordenar a vida do país, de acordo com as regras da democracia, a gigantesca tarefa de assistir aos desassistidos, de prover médicos, professores, infra-estrutura básica, segurança, enfim, melhores condições de vida para o nosso povo.

«O amanhã tem que ser hoje.»

Existe uma nova realidade, tanto nacional como internacional, que nos obriga a abandonar as soluções simplistas, os maniqueísmos, os sonhos das realizações imediatas. Não será fácil a nossa missão de pôr em ação uma estratégia que tenha por objetivos acelerar e consolidar a nossa caminhada rumo ao desenvolvimento, bem como ampliar a força de nossa presença na montagem de uma ordem global fundada na paz e na melhor distribuição das oportunidades de progresso.

Estou seguro, porém, de que o meu governo lidera um esforço para colocar o Brasil, de uma vez por todas, na corrente central da história. No caminho da liberdade e da democracia, nós já estamos. Agora é preciso transformar esse fator de identificação com o mundo contemporâneo em força propulsora do

salto que teremos de dar para vencer o nosso atraso relativo nas esferas econômica, social, científica e tecnológica.

Os anos 90 haverão de ser o momento desse salto. Não há mais tempo a perder. O mundo não vai parar à nossa espera. E nós não vamos parar à espera do mundo.

Senhoras e Senhores,

É esta a mensagem que trago aos membros da Escola Superior de Guerra, e que há de ser considerada nos estudos e debates realizados nestas salas de aula. É uma mensagem coerente com os tempos de transformação que vivemos e incorpora uma proposta de mudança ousada, de determinação sem limites, de compromisso único com a Nação.

Chegou o tempo de criar um Brasil novo. O amanhã tem que ser hoje, porque a rapidez da história contemporânea transforma séculos em dias e os avanços da ciência e da tecnologia medem o tempo em segundos de trabalho, dinamismo e vontade.

Senhoras e Senhores, é o tempo do Brasil. É o nosso tempo!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
intitulado: «O Brasil no mundo dos anos 90»,
na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro,
no dia 28 de julho de 1990.*